

ELEIÇÕES NO CREA-MG E CONFEA

Senge define candidatos e propõe mudanças



Pedro Garcia (centro) recebe apoio dos
ex-presidentes do Crea-MG engenheiros
Augusto Drummond e Marcos Túlio de Melo

O Conselho Diretor do Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais definiu os candidatos que terão o seu apoio nas eleições para a presidência do Crea-MG e do Confea. Para o Crea, a escolha recaiu sobre o diretor da Regional Centro, engenheiro geólogo Pedro Carlos Garcia Costa, e para o Confea o apoio da entidade é para a reeleição do engenheiro

Marcos Túlio de Melo. Para o presidente do Senge-MG, Nilo Sérgio Gomes, o lançamento da candidatura de Pedro Garcia faz parte do projeto do Sindicato de resgatar valores democráticos e procedimentos transparentes que a atual administração do Crea-MG tem deixado em segundo plano. Na página 2, o editorial destaca a posição tomada pelo Sindicato, na 3 o processo que levou à tomada de decisão e, na página 4, o destaque fica por conta da entrevista com o candidato Pedro Garcia.



Nilo Sérgio Gomes,
presidente do Senge-MG



Garantir direitos
e avançar
nas conquistas

Páginas 9 e 10



Dia de luta
pela igualdade
de direitos

Páginas 5 a 8

Editorial

Transparência e democracia

O processo eleitoral para o sistema Confea/Creas já está deflagrado. Em 04 de junho deste ano serão eleitos os presidentes do Crea-MG e do Confea, o coordenador regional da Mútua e os inspetores das comissões executivas das inspetorias do Conselho. Nas comissões executivas serão escolhidos os ocupantes dos cargos de inspetor-chefe, secretário e tesoureiro.

O Senge-MG sempre teve participação importante nesse processo, principalmente no movimento do final da década de oitenta e início dos anos noventa, que representou uma virada do Sistema Confea/Crea, posicionando-o ao lado da democracia e dos que lutavam por um país mais justo. Esse movimento começou com a luta por eleições diretas no Sistema. Em Minas, com o apoio do Senge e diversas entidades de classe, foi realizada, em outubro de 1984, uma consulta prévia a todos os profissionais para a

escolha do presidente do Crea-MG, que seria homologado pelo Plenário. Entretanto, os conselheiros à época ignoraram o resultado do plebiscito, que havia indicado o arquiteto Silas Raposo, e optaram por outro nome.

Eleito pela Plenária em 1987, Onofre Resende fez realizar consulta aos profissionais para a sua recondução em 1991. Ao final de seu mandato, a legislação federal foi modificada de forma a permitir a realização de eleições diretas no Confea e Creas.

Assim, em 1994, foi eleito o engenheiro Augusto Drummond e, posteriormente, em 2000, o engenheiro Marcos Túlio de Melo para a presidência do Crea-MG. Durante as duas administrações o Crea-MG tornou-se uma instituição mais democrática e transparente, voltada para os interesses dos profissionais e com maior inserção social.

Entretanto, nos dois últimos

anos, temos constatado um grande retrocesso na atuação do Crea-MG. A democracia interna perdeu terreno, as entidades com maior representatividade são ignoradas nas decisões, o profissional foi relegado a segundo plano e a inserção social e política da entidade é cada vez menor.

No momento, em que a Nação retoma a sua trajetória de crescimento com políticas que têm privilegiado as questões sociais, o Senge-MG, consciente da importância dos engenheiros, arquitetos, agrônomos, geólogos, geógrafos, meteorologistas, tecnólogos e técnicos industriais na construção desse projeto, considera fundamental reafirmar a sua presença neste processo, trazendo novamente ao debate os ideais democráticos e de justiça social que devem permear a atuação das entidades do Sistema no contexto profissional e social do país.

Pautado nestes ideais, o Senge-MG conduziu, com a ampla participação de seus diretores e associados, o processo de definição dos candidatos que terão o seu apoio nas eleições para o Crea-MG e Confea. Depois de intenso debate, por decisão da maioria dos associados que compõem o Conselho Diretor da entidade, foram escolhidos os engenheiros Pedro Garcia e Marcos Túlio para receberem o apoio do Sindicato nas disputas da presidência do Crea-MG e do Confea.

O Senge-MG acredita que estes nomes, pela folha de serviços prestados na defesa da categoria e pelo engajamento político e social, podem defender junto à sociedade e nas instituições de classe, a construção de um país mais justo, para o que a contribuição da engenharia é primordial. E, desta forma, conclama a todos os profissionais do sistema Confea/Crea a unir forças pela vitória deste projeto.

Conselho diretor debate participação nas eleições

As questões relacionadas às eleições municipais e no sistema Confea/Creas foram objeto de debate do Conselho Diretor do Senge-MG, em sua reunião realizada nos dias 30 e 31 de janeiro. Foram convidados para o debate os atuais presidentes do Confea e Crea-MG, engenheiros Marcos Túlio de Melo e Gilson Queiroz, o vereador em Belo Horizonte Tarcísio Caixeta (PT) e o ex-deputado federal Sérgio Miranda (PDT).

Para o presidente do Senge-MG, Nilo Sérgio Gomes, esta foi a oportunidade de se aprofundar o debate sobre questões que o Conselho Diretor havia colocado como prioritárias para este ano. "Os atuais presidentes do Confea e Crea-MG tiveram a oportunidade de falar sobre as suas administrações e

defender as suas idéias para um próximo mandato e os nossos diretores acumularam dados e informações para a definição da posição da entidade sobre estas eleições", afirma Nilo Sérgio.

Sobre a atual conjuntura política

e as eleições municipais, Sérgio Miranda defendeu a necessidade de se acompanhar e debater o processo de endividamento do país, responsável pelo sangramento de grande parte dos recursos que poderiam ser aplicados em políticas sociais

públicas. Tarcísio Caixeta ressaltou a importância de o Sindicato estar presente no debate dos grandes temas que afetam a cidade e os seus municípios. Para Caixeta é importante que os engenheiros e suas entidades participem do processo político, seja como candidatos a cargos públicos, seja contribuindo com idéias e propostas para os programas de governo dos candidatos.



Tarcísio Caixeta defendeu uma maior participação dos engenheiros e entidades no debate político

Planejamento

Em reunião específica, realizada no dia 29 de fevereiro, o Conselho Diretor definiu o planejamento das ações que serão implementadas pelo Sindicato em 2008. São mais de quarenta ações que visam reforçar e ampliar a atuação do Sindicato na defesa dos interesses dos engenheiros e da engenharia nacional.

senge
MINAS GERAIS

Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais

Rua Espírito Santo, 1.701
Bairro Lourdes - CEP 30160-031
Belo Horizonte-MG
Tel.: (31) 3271.7355
Fax: (31) 3226.9769
e-mail: sengemg@sengemg.org.br
site: www.sengemg.org.br

GESTÃO 2007/2010 - DIRETORIA EXECUTIVA - Presidente: Nilo Sérgio Gomes; **Vice-presidente:** Vicente de Paulo Alves Lopes Trindade; **2º Vice-presidente:** Rubens Martins Moreira; **Secretário Geral:** Raul Otávio da Silva Pereira; **1º Secretário:** Eustáquio Pires dos Santos; **1º Tesoureiro:** Anivaldo Matias de Sousa; **2º Tesoureiro:** Sávio Nunes Bonifácio. **DIRETORIAS DEPARTAMENTAIS - Negociações Coletivas:** Valmir dos Santos; **Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente:** Nara Julio Ribeiro; **Promoções Culturais:** Fernando Augusto Vilaça Gomes; **Relações Inter-Sindicais:** Jairo Ferreira Fraga Barrioni; **Saúde e Segurança do Trabalhador:** Arnaldo Alves de Oliveira; **Assuntos Jurídicos:** Paulo César Rodrigues; **Assuntos Comunitários:** Laurete Martins Alcântara Sato; **Imprensa e Informação:** David Fiúza Fialho; **Estudos Sócio-Econômicos:** Abelardo Ribeiro de Novaes Filho; **Institucionalização:** Paulo Henrique Francisco dos Santos; **Aposentados:** Waldyr Paulino Ribeiro Lima. **DIRETORIAS RE-**

GIONAIS - Diretoria Regional Centro: Júnia Márcia Bueno Neves, Alfredo Marques Dyniz, Rosemary Antonia Lopes Faraco, Daniel Meinberg Shimidt de Andrade, Clóvis Scherner, Clóvis Geraldo Barroso, Hamilton Silva, Augusto César Santiago e Silva Pirassinunga, Anderson Rodrigues, Pedro Carlos Garcia Costa, Antônio Lombardo, Débora Maria Moreira de Faria. **Diretoria Regional Norte Nordeste:** Aliomar Veloso Assis, Rômulo Buldrini Filogônio, Jessé Joel de Lima, Antônio Carlos Sousa, Aloísio Pereira da Cunha, Guilherme Augusto Guimarães Oliveira. **Diretoria Regional Zona da Mata:** João Vieira de Queiroz Neto, Eduardo Barbosa Monteiro de Castro, Carlos Alberto de Oliveira Joppert, Francisco Antônio Nascimento, Maria Angélica Arantes de Aguiar Abreu, Sílvio Rogério Fernandes. **Diretoria Regional Triângulo:** Ismael Figueiredo Dias da Costa Cunha, Antônio Marcos Belo. **Diretoria Regional Vale do Aço:** Ildon José Pinto, Antônio Azevedo, José Couto Filho, Antônio Germano Macedo. **Diretoria Regional Campos das Verten-**

tes: Domingos Palmeira Neto, Wilson Antônio Siqueira, Nelson Henrique Nunes de Souza. **Diretoria Regional Sul:** Antônio Iatesta, Fernando de Barros Magalhães, Paulo Roberto Mandello, Nelson Benedito Franco, Nelson Gonçalves Filho, Arnaldo Rezende de Assis, João Batista Lopes Júnior, Eberth Antônio Piantino, Júlio César Lima. **CONSELHO FISCAL:** Luiz Antônio Fazza, Vânia Barbosa Vieira, Luiz Carlos Sperandio Nogueira, Dorivaldo Damascena, Marcelo de Camargos Pereira

senge
INFORMA

Jornalista responsável: Miguel Ângelo Teixeira - **Redação e Edição:** Miguel Ângelo Teixeira, Luiza Nunes de Lima e Fabyana Assunção **Arte final:** Viveiros Edições (8872-6080) - **Impressão:** Segrac

Senge define candidato para as eleições no Crea-MG

Por decisão tomada após diversos debates e reuniões do Conselho Diretor, o Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge-MG) anunciou seu apoio à candidatura do engenheiro Pedro Garcia nas eleições para presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG), que vão acontecer no dia quatro de junho próximo. Segundo Nilo Sérgio Gomes, presidente do Sindicato, a atual gestão do Conselho apresenta problemas e precisa de uma mudança radical. "Defendemos a volta de um Crea-MG democrático, participativo e transparente", diz ele.

Dentre os problemas identificados no Conselho pelo Senge-MG está a atuação de entidades pouco representativas nas decisões e distribuição dos recursos. "O Plenário do Crea-MG é completamente dirigido por algumas poucas e pequenas entidades que pedem mais recursos do que têm direito e é muito difícil fiscalizar", diz Nilo Sérgio. Outra crítica feita pelo Sindicato é de que a entidade não está atuando em prol dos interesses dos profissionais. "Nós acreditamos que, hoje, a presidência do Conselho é ocupada por um empresário que tem uma visão muito mais voltada para o atendimento às empresas do que

aos profissionais do sistema Confea/Crea", afirma.

A questão da fiscalização dos recursos também é um ponto que desagrada o Senge-MG. "Quando requisitamos algum documento ou prestação de contas para podermos fiscalizar, encontramos uma resistência muito grande e que gera um certo desconforto uma vez que ninguém gosta de ser fiscalizado nesse país", avalia Nilo Sérgio. Para ele, houve, também, um retrocesso no que diz respeito às conquistas democráticas dentro do Conselho. "O orçamento participativo para os recursos que sobravam, que foi resultado de uma decisão colegiada no Crea-MG, foi abolido. Também tínhamos conquistado uma relação profunda com o movimento social que, na atual gestão, não foi levada à frente".

A burocratização das atividades do Crea-MG e a relação do Conselho com os profissionais e entidades são criticadas pelo Sindicato. "Existe uma grande insatisfação dos profissionais em relação a atual presidência do Crea-MG, que é contra o



Pedro Garcia (sentado ao centro) em reunião com diretores e associados do Senge-MG para debater com representantes de diversas entidades de classe as diretrizes da campanha e do programa de gestão para o Crea-MG

Salário Mínimo Profissional", relata Nilo Sérgio. O presidente do Senge-MG reclama da dificuldade do Conselho em atender as reivindicações da entidade. "Na Plenária, observamos que muitas coisas que são decididas lá não são encaminhadas para uma execução completa", revela. A estrutura do Crea-MG, centralizada em um presidente, cinco diretorias e duas superintendências, também precisa ser mudada. "É uma estrutura que não atende mais às necessidades do profissional. Ela burocratiza demais e concentra os poderes nas mãos de poucas pessoas", completa.

A retomada da atividade fim do Crea-MG também é um dos objetivos do Senge caso o nome que apóia saia vitorioso nas eleições de junho. "Defendemos que toda atenção seja direcionada à fiscalização da atividade profissional para dar uma garantia de que os profissionais que atuam no mercado têm a base de conhecimento necessária para a atividade. As fiscalizações de obras e do exercício da engenharia devem ser retomadas, de forma a garantir à sociedade serviços de boa qualidade, seguros e com uma remuneração digna para o engenheiro", finaliza Nilo Sérgio.

Aprofundar a democracia no Confea

Para as eleições do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), que acontecerão juntamente com as do Crea-MG, o Senge-MG apóia a reeleição do atual presidente, Marcos Túlio de Melo. O candidato expôs as suas idéias ao Conselho Diretor do Sindicato, na reunião realizada no dia 30 de janeiro de 2008. Na oportunidade, o presidente do Confea ressaltou as conquistas de sua administração e pontuou os próximos passos que incluem o aprofundamento da democratização do sistema, a modernização administrativa e construção da nova sede do Confea, além de uma maior inserção nas questões sociais e políticas do país.

Uma política voltada para a democracia é, segundo Nilo Sérgio Gomes, presidente do Senge-MG, a base necessária para a próxima gestão. "Existe um consenso de que os mandatos eletivos pertencem aos partidos políticos. Devemos levar esse conceito para dentro do Confea. O mandato tem que pertencer à entidade. Esse é um ponto fundamental para levar os valores

coletivos que estão nas entidades para dentro do Plenário", afirma.

Um dos grandes problemas apontados por Nilo Sérgio dentro do Confea é a atuação dos Conse-



Marcos Túlio apresentou suas propostas

heiros. "Eles atuam muito mais de forma individual do que representando uma entidade. Isso tem que mudar. O conselheiro tem que ser o espelho da entidade que ele representa. Aí sim, poderemos dar um salto de qualidade enorme", avalia. O presidente do Sindicato também identifica no Confea o mesmo problema existente no Crea-MG. Segundo ele, "temos entidades dentro do sistema que não têm representatividade, que não têm ficha de filiação, que não tem trabalho, que não tem uma postura propositiva. Estão lá para buscar recursos dos profissionais. Isso tem que acabar".

Além disso, o Senge-MG pretende ajudar na implantação de dois projetos de grande importância para a entidade. "Vamos colaborar na elaboração e condução do Pensar Brasil, que apresenta sugestões e soluções para que tenhamos um desenvolvimento sustentável com distribuição de renda. E também com a questão da valorização profissional, muito ligada ao crescimento econômico", conclui Nilo Sérgio.

Entrevista

Pedro Garcia

“Vamos resgatar a democracia e a transparência no Crea-MG”



Pedro Carlos Garcia Costa é Engenheiro Geólogo formado pela Escola de Minas de Ouro Preto e pela Universidade do Chile. Como profissional, atuou na Metamig, Fundação João Píneiro, Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC -, e na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, nas áreas de geologia, hidrogeologia, mineração e meio ambiente. É autor de mais de cinquenta trabalhos técnicos publicados em anais de congressos, revistas e publicações técnicas.

Pedro também foi diretor da Associação Profissional Mineira de Geólogos, do Sindicato dos Geólogos de Minas Gerais e da Sociedade Brasileira de Geologia - Núcleo MG. Por mandato eletivo, foi presidente da Associação de Funcionários do Sistema Operacional de Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais.

No Conselho Profissional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, atuou como Conselheiro Efetivo no período de 1980 a 1982, quando foi coordenador da Câmara Especializada de Engenharia Civil, e no período de 2002 a 2007 (dois mandatos), quando foi diretor de Valorização Profissional (um ano) e de Fiscalização (um ano), durante a gestão de Marcos Túlio de Melo. Atuou, também, como Coordenador da Câmara Especializada de Geologia e Minas durante dois mandatos consecutivos de um ano. Atualmente, é diretor regional do Senge-MG. Nesta entrevista Pedro Garcia fala sobre o Crea-MG e defende o resgate da democracia e da transparência dentro do Conselho.

Por que ser presidente do Crea-MG?

O Senge-MG sempre teve uma atuação positiva e modernizadora no Crea-MG. Atualmente, vemos um quadro em que o Conselho desapareceu do cenário estadual, ficando ausente dos debates sobre os problemas mineiros e brasileiros e sendo pouco efetivo na defesa do exercício das profissões regulamentadas pelo Sistema Confea/Crea. Como presidente pretendo retomar esses debates e reconduzir o Crea-MG na apresentação de propostas para o desenvolvimento do Estado e do país.

Quais são as suas propostas para mudar a imagem do Crea-MG e para que profissionais e empresas se sintam contemplados com o Conselho?

São pontos de nosso programa: ampliar a fiscalização do exercício profissional, do campo da construção civil, como é feita atualmente, para todas as demais áreas da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia, Meteorologia e dos Tecnólogos e Técnicos, com vistas a orientar na contratação das modalidades habilitadas aos serviços demandados e a coibir a ação de leigos; aproximar o Conselho das instituições de ensino e de seus docentes e discentes; buscar

a universalização do Salário Mínimo Profissional; gerir o Conselho por meio de suas estruturas colegiadas, com respeito a todas as modalidades profissionais; criar um sistema de informações que dê transparência aos recursos arrecadados e à sua aplicação; e modernizar o Conselho, com a introdução de métodos administrativos, aparelhamento tecnológico adequado e treinamento permanente de seu corpo de funcionários para atender às demandas dos profissionais e empresas do Sistema.

O cumprimento da lei do Salário Mínimo Profissional (SMP) é uma das grandes preocupações dos profissionais da categoria. Como o Crea-MG vai atuar nessa questão na sua gestão?

Em relação ao SMP, basicamente, em três frentes: lutando pela universalização do direito ao SMP, estendendo-o aos servidores públicos e ao pessoal sob contrato de órgãos dos poderes públicos; na fiscalização dos editais de concursos públicos e de licitações, denunciando aqueles que não considerarem o SMP; e incentivando e apoiando as entidades de classe na luta pelo SMP.

Como deve ser a relação do Crea-MG com as entidades representativas que fazem parte do Conselho, como o Senge-MG?

Será de estreita cooperação, com base em normas claras e objetivas, analisadas e aprovadas pelo Plenário do Conselho, pelo Colégio de Entidades e de Inspectores e divulgadas para todos os profissionais do Sistema.

Como o Crea-MG pretende tratar a questão da especialização dos profissionais e da qualidade dos serviços da categoria em sua gestão?

Mudando profundamente sua postura em relação às instituições de ensino. Buscaremos maior proximidade e a ampliação dos canais de diálogo com a Academia, criando um Colégio de Instituições de Ensino para atuar como ente consultivo e formulador de proposições ao Plenário do Crea-MG.

Como o Crea-MG pode se articular com outras entidades para debater sobre políticas públicas, como saneamento, habitação, transporte, etc?

Propondo temas para debates, trabalhando ativamente na mobilização do público-alvo e apoiando as iniciativas das entidades de classe, dos órgãos públicos e das empresas que realizem eventos que visem a tais fins. É importante que as Câmaras Especializadas do Crea-MG, que hoje sofrem fortes limitações para realizarem reuniões no interior do Estado, sejam incentivadas sejam incentivadas a levarem debates sobre tais

temas aos profissionais que atuam nas diversas regiões de Minas Gerais, procurando sempre, na medida do possível, direcionar o debate para a especificidade das regionais.

Quais são as suas expectativas em relação às eleições?

A nossa expectativa, e esse nossa se refere ao Senge-MG e a todas as entidades que apoiam a candidatura Pedro Garcia, é de ampliar e dar continuidade ao processo de democratização do Crea-MG que, a nosso ver, sofreu grave retrocesso nesses últimos dois anos.

Que mensagem você gostaria de deixar para os profissionais da categoria que estão insatisfeitos com a atuação do Conselho e não pretendem votar nas eleições?

Que é pelo voto que se realizará a transformação do Conselho. A abstenção a esse direito não melhora em nada nossas profissões e a qualidade dos serviços que prestamos. A sociedade precisa da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia, Meteorologia e dos Tecnólogos e Técnicos. O papel do Crea-MG é mostrar à sociedade que estamos aptos a atendê-la em suas demandas.

E que mensagem você deixaria para motivar os profissionais que estão entrando agora no mercado de trabalho a participarem ativamente das atividades do Crea-MG?

O Conselho tem um papel fundamental na vida profissional de todos nós. Congregamos profissões de bases tecnológicas que, a cada dia, criam e incorporam novos conhecimentos e tecnologias fundamentais ao desenvolvimento do País. As entidades de classe e instituições de ensino dos campos da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia, Meteorologia e dos Tecnólogos e Técnicos afins, cujos representantes compõem o Plenário do Crea-MG precisam da presença e esforços de todos para cumprirem bem os seus papéis. O Conselho tem um papel primordial na regulamentação das atividades relacionadas com Engenharia, Arquitetura e Agronomia, consolidando uma reserva de mercado de trabalho para os profissionais destas áreas quando, legalmente, coibi a atuação dos leigos e estrangeiros.



Foto: Benedito Maia

8 DE MARÇO Dia de comemorações e reivindicações

Mulher

Mulher que luta, que briga, que chora
Mulher que sorri, que sente, que sofre
Mulher que comemora a vitória, mesmo não sendo a dela
Mulher que colabora

Mulher que anda, que corre, que xinga
Mulher que dá colo, dá consolo e dá carinho

Mulher que vibra
Que incentiva e acredita
Mulher que brinca
Mulher que dança, que estuda e trabalha
Uma mulher de luta

Mulher que calcula,
Que põe botina e capacete
Mulher que desenha
Mulher engenheira
Mulher que constrói casas
Constrói sonhos e constrói vidas
Simplesmente mulher

(Fabyana Assunção)

Esta é uma homenagem do Senge-MG às mulheres engenheiras

A história de vida da mulher é baseada em lutas por igualdade social. E o dia 8 de março é sempre um momento para fortalecer as reivindicações e comemorar as vitórias. Neste ano, a CUT-MG, através da Secretaria da Mulher Trabalhadora & Grupo de Trabalho das Mulheres, preparou uma passeata, no dia 7, que saiu da Praça da Estação, seguiu para a Prefeitura e finalizou em frente ao Palácio da Liberdade.

A redução da jornada de trabalho foi um dos eixos que marcaram a data neste ano. As longas horas de jornada de trabalho prejudicam principalmente a mulher trabalhadora, que enfrenta múltiplas jornadas. Outra questão debatida foi a igualdade salarial, que é um passo rumo

à igualdade de direito entre os gêneros.

As mulheres da CUT defenderam ainda a participação feminina nos programas habitacionais e de geração de emprego, e a ampliação de equipamentos públicos voltados para a educação, qualificação profissional, saúde, lazer, entre outros. Também fizeram parte das reivindicações: legalização do aborto, valorização das domésticas, convocação das mulheres para atuarem nas ações políticas, lutando pelo acesso igualitário aos espaços de poder, e avanço nas políticas de acesso das mulheres à terra. Durante a manifestação, foram recolhidas assinaturas para a redução da jornada de trabalho na Praça Sete, em Belo Horizonte.

Conquistas não atingiram todo o universo feminino

O direito de votar, de frequentar universidades, de ter uma profissão. A possibilidade de uma sexualidade prazerosa e desvinculada da maternidade. Estas foram algumas das conquistas conseguidas pelas mulheres ao longo de um caminho de lutas e dificuldades. Vitórias importantes, mas que não atingiram toda a extensão do universo feminino. Esta é a opinião de Mônica Bara, mestre em Ciências Sociais da PUC Minas. Para ela, as mudanças no papel social das mulheres só ocorreram no âmbito público e político. “Na vida privada, a mulher continua sendo aquela da emoção, da domesticidade, dos filhos, da maternidade”, diz.

Atualmente, o maior desafio para as mulheres, segundo Mônica, é fazer com que os avanços conseguidos na dimensão pública sejam alcançados na vida privada. E, para isso, ela considera que o movimento feminista é mais necessário do que nunca. “Acho que existe uma compreensão muito equivocada, principalmente entre as mulheres jovens, que têm uma falsa ilu-

são de que o feminismo é démodé por conta de todas as conquistas. Mas elas se esquecem de uma série de outras coisas que o feminismo ainda não conseguiu reverter em benefício”, pondera.

Outro obstáculo para o avanço feminino na sociedade é o fato de que as conquistas ofuscam as questões que ainda demandam luta e esforço. “Por termos conseguido entrar no mercado de trabalho, por dirigirmos, por exercermos cargos de poder, nos desviamos do fato de que a mulher ainda está presa a uma imagem de gênero, a um papel social pré-determinado pela natureza”, avalia Mônica. Para ela, o próprio Dia Internacional da Mulher é um exemplo disso. “O 8 de março devia ser uma data para dar visibilidade às limitações que ainda nos são impostas atualmente. Mas ela ficou banalizada e perdeu o sentido político, virou uma data festiva, em que comemoramos o que já conseguimos, enquanto não avançamos nas coisas mais emblemáticas”, lamenta.

Apesar de considerar que ain-

da há muito o que se conseguir, a socióloga é categórica ao afirmar que a situação das mulheres de hoje é infinitamente melhor do que a de suas mães e avós. “Eu acho uma posição absolutamente cretina alguém achar que o que nós conquistamos é uma desvantagem. Não tem condição alguém achar que podia ser melhor do jeito que era antes. Hoje, a mulher pode, sim,

ser dona de casa. Mas, agora é uma opção, é uma decisão que ela pode tomar”, lembra. Mônica pontua, ainda, que a questão não se trata de conseguir a igualdade com o sexo masculino. “O ponto principal é saber o que ser mulher nos impede? Restringe-nos em que? Obriga-nos a que? Oprime-nos em que? Esse é o verdadeiro questionamento”, conclui.

Diretora do Senge-MG participa de solenidade em Brasília

A diretora do Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais, Laurete Sato, participou, no último dia 5, do lançamento do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM). O evento aconteceu no Palácio do Planalto, em Brasília, e contou com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O II PNPM amplia e aprofunda a atuação do governo federal nas políticas públicas para as mulheres. Os seis novos eixos compreendem as seguintes áreas de atuação estratégica: participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, inclusão

social, soberania e segurança alimentar; direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; cultura, comunicação e mídia não-discriminatórias; enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia; e enfrentamento às desigualdades que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas.

Na ocasião, Lula prometeu liberar verbas para a saúde da mulher, principalmente para a questão contraceptiva (vasectomia e anticoncepcional). “Foi muito importante participar da solenidade. Foi uma honra representar o Senge-MG e a mulher engenheira nesta homenagem”, finaliza Laurete.

8 de março: esse dia tem história

A escolha pelo dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher partiu da líder comunista alemã, Clara Zetkin. A proposta foi feita em 1910, no II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas para lembrar operárias mortas durante um incêndio que ocorreu em uma fábrica em Nova York, no ano de 1857. No entanto, há controvérsias sobre esta versão.

Alguns sociólogos dizem que o acidente não aconteceu em 1857, mas em 25 de março de 1911. Segundo eles, o incêndio ocorreu na *Triangle Shirtwaist Company*, uma fábrica têxtil que ocupava três andares de um prédio e que contava com 600 trabalhadores. A maioria formada por mulheres imigrantes judias e italianas. Na tragédia, 146 pessoas morreram, sendo 125 mulheres.

O dia da mulher passou a ser comemorado com mais intensidade nos anos 60, com o advento do movimento feminista. Mas a data foi consagrada mesmo com o apoio internacional da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1975, quando instituiu oficialmente a data como o Dia Internacional da Mulher.



A diretora do Senge-MG, Laurete Sato e o presidente Lula no lançamento II PNPM

A mulher na engenharia

Três histórias, uma profissão e engajamento pela valorização profissional. A engenharia tem deixado de ser uma profissão exclusivamente masculina. Aos poucos as mulheres vêm conquistando o mercado e mostrando que elas também têm lugar na obra e no Senge-MG. No entanto, a vida da mulher engenheira se assemelha com a de qualquer profissional.

Apesar do espaço conquistado, a mulher ainda precisa dar conta do trabalho de casa, dos filhos e do marido. E com a competitividade e exigências do mercado de trabalho, precisa, como o engenheiro, estar sempre atualizada, buscando cursos e especializações na área. Os novos tempos fizeram com que a mulher deixasse de ter jornada dupla, para ter jornada tripla ou até maior. Mas isso não impede que a profissional enfrente os obstáculos e conquiste seu lugar.

Um dos grandes problemas enfrentados pela engenheira ainda é o preconceito, mesmo que seja em menor escala. É o caso da engenheira e diretora do sindicato Rosemary Antônia Lopes Faraco. Em sua carreira ela passou por situações de preconceito que precisaram ser superadas. Rosemary ainda divide seu tempo em dois empregos, também é professora universitária, com os cuidados da casa, do marido e do filho.

A engenheira civil Júnia Márcia Bueno Neves lembra com graça dos tempos da faculdade. O jargão usado era “mulher feia, mulher bonita e



Mulher supera obstáculos e conquista espaço na engenharia

mulher que faz engenharia”. Mas confessa que na época não se sentia à vontade. Funcionária da prefeitura, Júnia acredita que a mulher conquistou o seu espaço e não vê mais atitudes de preconceito com as novas engenheiras. “Já fui preterida em várias situações por ser mulher, mas conquistei o meu espaço”, diz. A entrada no movimento sindical aconteceu no início da carreira, pela luta da valorização profissional do engenheiro dentro da

Prefeitura de Belo Horizonte. Na sua opinião, não existe mais essa de que obra não é lugar de mulher. Júnia, além de diretora do Senge-MG, é também presidente da Associação dos Profissionais Liberais de Engenharia, Arquitetura, Agrimensura e Agronomia da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - Aplena.

Enquanto as mulheres buscam a faculdade para depois casar e ter filhos, a diretora do Senge-MG e enge-

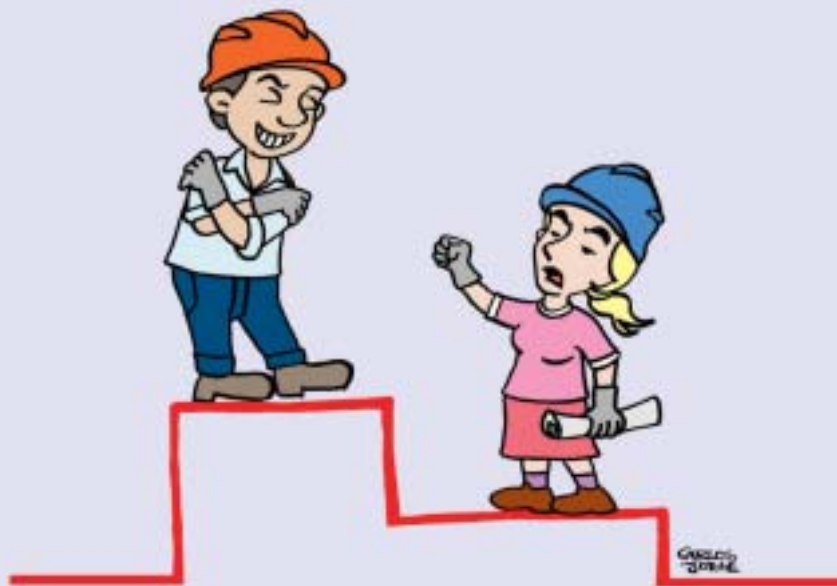
neira civil Laurete Martins Alcântara Sato seguiu no sentido inverso. Voltou para os livros na mesma época em que os filhos estavam na escola. “Fazer faculdade durante a época escolar dos meus filhos ajudou a incentivá-los nos estudos, já que estudávamos todos juntos”, afirma. Como o marido é engenheiro, Laurete não teve muita dificuldade para entrar no mercado de trabalho, mas como as outras mulheres, passou por situações de preconceito que foram vencidas mostrando conhecimento.

O Senge-MG conta ainda com as engenheiras Nara Julio Ribeiro, Vânia Barbosa Vieira, Débora Maria Moreira de Faria e Maria Angélica Arantes de Aguiar Abreu, que representam cerca de 10% da diretoria.

A mulher ainda é minoria na profissão, apenas 14% do universo de engenheiros segundo um estudo encomendado pelo Senge-MG ao Instituto Ver. Mas quando foi analisado o mercado de trabalho, não é grande a diferença entre homens e mulheres que atuam na área. Porém, as chances do homem crescer e receber salários superiores são bem maiores do que a da mulher. A engenheira é grande maioria na faixa entre 5 e 10 salários mínimos (46%), já o homem é maioria entre os que recebem 10 a 20 salários mínimos. Mas, independentemente da história de vida, a engenheira está conquistando seu espaço e mostrando que é capaz de gerenciar uma obra.

MERCADO DE TRABALHO

Desigualdade entre sexos ainda persiste



As mulheres têm conquistado significantes posições no mercado de trabalho. No entanto, a sua inserção profissional continua marcada por desigualdades e limitações em relação ao homem. Apesar dos avanços da economia e mesmo da maior inserção da mulher no mercado, a força de trabalho feminina ainda sofre com desemprego, salários mais baixos e menores possibilidades de status.

Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese, divulgada no início de março, houve redução do índice de desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte. No entanto, se

comparado entre homens e mulheres, a redução feminina foi bastante modesta em relação à masculina. Outro dado que chama a atenção na pesquisa é o tempo médio de procura de emprego. As mulheres levam, em média, 57 semanas contra 45 semanas para o homem.

As mulheres conseguiram uma vitória em 2007, a ocupação cresceu mais para elas, que ocupam o setor de serviços, seguido de mais longe pelos serviços domésticos, comércio e indústria. Mas os rendimentos permanecem inferior ao dos homens, em 2007, o valor foi 31,6% menor.

MULHER X VIOLÊNCIA

Medo e morosidade da Justiça impedem punição

A violência contra a mulher continua sendo um problema em busca de solução. A Lei Maria da Penha, sancionada em agosto de 2006, representa um marco na defesa dos direitos das mulheres para impedir o avanço da impunidade. De acordo com o governo federal, nos oito meses seguintes ao lançamento da Lei, foram instaurados pelos Juizados e Varas de Violência Doméstica e Familiar 10.450 processos criminais, o que corresponde à média de 523 processos por serviço. Nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), foram instaurados 32.630 inquéritos, uma média de 177 por DEAM.

O nome da lei é uma homenagem a Maria da Penha Maia, agredida pelo marido durante seis anos. Em 1983, por duas vezes, ele tentou assassiná-la. Na primeira com arma de fogo deixando-a pa-

raplégica e na segunda por eletrocussão e afogamento. O marido de Maria da Penha só foi punido depois de 19 anos de julgamento e ficou apenas dois anos em regime fechado.

A morosidade do judiciário e o medo de denunciar muitas vezes faz com que a impunidade persista. Segundo a coordenadora da Coordenação dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte, Márcia de Cássia Gomes, ainda falta a implantação de um Juizado Especializado da Mulher para o enfrentamento efetivo da violência doméstica. O assunto foi tema de seminário realizado nos dias 6 e 7 de março em Belo Horizonte.

No seminário, os participantes defenderam a criação de um Juizado Especializado. Eles acreditam que, para a Lei Maria da Penha ser cumprida, é necessária a criação de um núcleo multidisciplinar, com

ajuda jurídica, psicológica e assistência social. Das 8 mil denúncias feitas por mulheres à Procuradoria de Combate à Violência Doméstica, pouco mais da metade chegam à Vara Criminal de Inquérito Policial.

Cerca de 80% das vítimas desistem no meio do caminho por medo ou demora na Justiça.

A violência contra a mulher pode causar diversos transtornos psicológicos e é importante pedir ajuda. De acordo com a psicóloga do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos, Júlia Abreu Mata Machado, a vítima deve prestar aten-



Foto: Benedito Maia

ção nos sentimentos pós-violência. “Existe muita dificuldade em denunciar devido à dependência financeira ou afetiva e até mesmo por medo do agressor. Mas a mulher precisa procurar ajuda, seja policial ou psicológica”, diz. “As agressões podem atingir a auto-estima e prejudicar a mulher em relacionamentos futuros”, completa.

ABORTO

Questão delicada para o universo feminino

Uma discussão recente no Brasil que envolve todas as mulheres é a questão da legalização do aborto. O que não faltam são argumentos a favor e também contrários à idéia. Atualmente, a prática é considerada crime e sua punição está prevista no Código Penal brasileiro, pelos artigos 124, 125, 126 e 127. Não há penalidade, no entanto, se a interrupção da gravidez se der por causa de risco de morte para a gestante ou se a gravidez tiver decorrido de um estupro. Em todos os outros casos, a mulher estará sujeita a sanções penais.

Um dos principais argumentos a favor da legalização tem sua origem no movimento feminista. Para este, a mulher tem o direito de decidir o que é melhor para ela e para seu corpo e não deve ficar condicionada a

um papel social pré-determinado pela natureza. A luta pelo reconhecimento do direito feminino de decidir sobre a manutenção ou não de uma gestação e pela assistência adequada nos casos de aborto é justificada pelo grande número de intervenções feitas em condições de risco – estima-se que ocorram anualmente no Brasil algo em torno de um a dois milhões - que constituem a quarta causa de mortalidade materna no país. Legalizar a prática, segundo esse argumento, não só diminuiria os riscos para as mulheres, como também diminuiriam os gastos públicos com o atendimento a pacientes com complicações devido a abortos clandestinos.

A situação, no entanto, não é tão simples. O movimento contrário à

legalização do aborto tem argumentos que vão do aspecto religioso à questão da desinformação. O primeiro obstáculo à interrupção da gestação se encontra na existência de uma corrente que considera que a vida humana e a alma têm origem no momento da concepção. Assim, considera o feto um indivíduo que, como outro qualquer, tem o direito à vida. Além disso, é defendida a idéia de que a questão principal não é o aborto, e sim a falta de informação e planejamento que leva às mulheres, principalmente as mais jovens, a não se protegerem de maneira adequada, o que resulta na gravidez indesejada. Assim, a saída seria uma estrutura de apoio para evitar as gestações e não interrompê-las.

João Pedro Junqueira Caetano,

ginecologista e obstetra, presidente do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Associação Médica de Minas Gerais, acredita que a questão principal é anterior ao aborto. “O problema é a falta de informação. A maioria das mulheres que interrompe a gravidez ficou grávida por causa da falta de informações, falta de conhecimento de métodos contraceptivos”, diz. O presidente defende um debate mais profundo em torno da legalização do aborto. Segundo ele, “é uma questão de trabalhar com a hipocrisia que existe no Brasil porque, atualmente, quem pode pagar faz, e a maioria que não pode recorre às técnicas clandestinas que, na pior das hipóteses, podem levar à infertilidade ou à morte”.



Sindicato define estratégias para negociações coletivas

Garantir direitos e avançar nas conquistas. Estas são as palavras de ordem que vão pautar as campanhas salariais dos engenheiros em 2008. O Sindicato pretende aproveitar o bom momento da economia brasileira e a demanda aquecida do mercado de trabalho para mobilizar a categoria no sentido de garantir os direitos adquiridos, objeto de ameaças constantes nos tempos de baixo crescimento econômico, e ampliar as conquistas trabalhistas, buscando melhores condições de vida e trabalho para todos os engenheiros e engenheiras.

Por ser uma categoria diferenciada, que atua em diversos ramos de atividade, o Sindicato tem uma extensa lista de negociações, que envolve diversas empresas e sindicatos patronais. Neste primeiro semestre estão previstas negociações que afetam os engenheiros da engenharia consultiva (Sinaenco), água e esgoto (Copasa), administração pública municipal de Belo Horizonte (Urbel) e de Juiz de Fora e construção civil de Juiz de Fora (Sinduscon-JF), entre outras.

As estratégias da campanha foram definidas em reunião de planejamento organizada pela assessoria de negociações coletivas do Sindicato e realizada no dia 15 de fevereiro. Na oportunidade, a economista do Dieese, Regina Coeli Camargos, apresentou uma análise da conjuntura econômica e os cenários para as futuras negociações, qualificando o momento como favorável aos trabalhadores. Foram, ainda, apresentados, pelo auditor fiscal da Delegacia Regional de Trabalho Antônio Sérgio Gomes de Miranda, subsídios para a campanha de combate à precarização das relações de trabalho e à figura do PJ, e pelo Sindicato, os resultados da pesquisa realizada com os engenheiros com foco nas negociações coletivas.

Após intenso debate, os presentes definiram os eixos das campanhas salariais, elegendo como seus principais focos as reivindicações por aumento real, participação nos lucros e resultados (PLR), ganhos de produtividade, defesa do Salário Mínimo Profissional (SMP), valorização dos planos de cargos e salários

(PCS), além do combate ao Assédio Moral e à figura do PJ.

Além do contato direto com os engenheiros e as tradicionais assembleias gerais que definem os rumos das negociações, uma linha de comunicação direta e permanente está aberta com todos os engenheiros da base do Senge-MG. No site do Sindicato (www.sengemg.org.br) está aberto um link especial para cada categoria em processo de negociação. Neste link, o engenheiro interessado pode contribuir para a pau-

ta de reivindicações, apresentar sugestões durante todo o processo e estar permanentemente informado do andamento das negociações.

A expectativa do Sindicato é de que a participação cresça e com a maior mobilização da categoria as conquistas sejam ampliadas. E tanto os Acordos Coletivos de Trabalho (ACT), firmados com empresas, como as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT), celebradas com sindicatos patronais, reflitam estes avanços.



Diretores do Senge-MG definem planejamento para as campanhas salariais

Assembléia abre campanha na Copasa

A campanha salarial dos engenheiros da Copasa foi aberta, no dia 5 de março, com a realização de uma Assembleia Geral no Sindicato de Engenheiros para a definição da pauta de reivindicações e das estratégias de mobilização da categoria para a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho. A campanha salarial será desenvolvida em conjunto com o Sindágua e as reivindicações específicas dos engenheiros serão incorporadas a uma pauta comum que será encaminhada à empresa pelos sindicatos que representam os trabalhadores. A data-base dos trabalhadores da Copasa é 1º de maio.

As negociações acontecem no momento em que a economia do país está aquecida e o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) está em pleno vapor. Somente Belo Horizonte terá investimentos da ordem de R\$ 366 milhões, que incluem obras de saneamento. Ou seja, a Copasa vai receber boa parte destes recursos e o trabalho dos enge-

neiros será fundamental para tocar as obras planejadas.

Um dos principais pontos da pauta é o reajuste igual ao do salário mínimo. A busca pelos 9,21% de reajuste é uma forma de manter o equilíbrio salarial da categoria, uma vez que o salário mínimo profissional é baseado no salário mínimo vigente no país. Além da garantia do

salário mínimo profissional, consta da pauta o pagamento das horas extras, o direito à ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e ao Acervo Técnico, Plano de Cargos e Salários, acordo de produtividade, revisão do plano de carreiras e manutenção dos benefícios atuais (cesta básica, vale-refeição, plano de saúde, auxílio-funeral). Além disso, o

Sindicato reivindica a liberação de um diretor, uma vez que a demanda sindical cresceu e é fundamental que um representante dos trabalhadores da companhia esteja liberado.

Outro ponto importante da pauta é o plano de carreiras, uma vez que a avaliação de desempenho, feita de forma subjetiva, está desestimulando o profissional. Outra questão a ser colocada na mesa de negociações é a norma de viagem. Atualmente, o profissional recebe o mesmo valor independente da quilometragem rodada.

Previminas

Questões como os altos reajustes das contribuições e o déficit da Previminas, também estão entre as demandas dos trabalhadores. E os engenheiros e funcionários querem a apresentação das contas do plano de previdência de forma transparente, para que os reajustes sejam explicados.



Senge-MG e Sindágua debatem a situação da Previminas



CAMPANHAS SALARIAIS

Combate ao PJ é prioridade na consultoria

Os trabalhadores das empresas de Consultoria aprovaram os pontos do edital e a pauta de reivindicações para a campanha salarial 2008/2009 em Assembléia realizada no dia 06 de março. Entre as reivindicações da categoria está o reajuste salarial de 9,21%, correspondente ao aumento concedido pelo governo ao salário mínimo. O respeito à Lei 4950-A, que estipula o piso salarial dos engenheiros em 8,5 salários mínimos por uma jornada de oito horas, e à ART também fazem parte da pauta de reivindicações. Outro ponto importante que fará parte das negociações esse ano será a questão da contratação de engenheiros na condição de Pessoa Jurídica. O Sindicato vai atuar de forma a esclarecer os profissionais quanto à ilegalidade desse tipo de contratação quando os trabalhos exercidos caracterizam uma relação de emprego. Quando o engenheiro é contratado como pessoa jurídica, mas trabalha na linha de produção ou atividade fim da empresa, ou tem que cumprir carga horária de trabalho ou está subordinado a alguém, a contratação é ilegal. A data-base dos trabalhadores da consultoria é 1º de maio.

Pauta de Furnas

Nos dias 12, 13 e 14 de fevereiro foi realizado o Encontro Nacional dos Trabalhadores de Furnas (Entfu), na cidade de Capitólio, Minas Gerais. Os diretores do Senge-MG Júlio César Lima, Paulo Roberto Mandello, João Batista Lopes Júnior, Raul Otávio da Silva Pereira e Abelardo Ri-

beiro de Novaes Filho representaram o Sindicato no encontro, onde foram discutidos os pontos que farão parte da pauta nacional de reivindicações dos trabalhadores de Furnas, que têm a data-base em 1º de maio. Entre os assuntos debatidos durante o encontro está a modificação no Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR). Os funcionários da empresa pedem a valorização profissional conforme o mercado de trabalho. A versão final da pauta nacional de reivindicações foi entregue no dia 18 de março à Eletrobrás.

MASP

As negociações entre a MASP, empresa de consultoria com sede em Timóteo, e o Senge-MG começaram no dia 18 de fevereiro, com a realização de uma reunião entre as partes. Na ocasião, a direção da empresa demonstrou interesse em fazer o acordo coletivo com o Sindicato. Para tanto, apresentou uma proposta baseada no acordo da Consultoria. No dia 07 de março aconteceu a primeira Assembléia dos trabalhadores, comandada pelo Senge-MG. O encontro serviu para que o Sindicato esclarecesse alguns pontos, como as condições ruins do acordo proposto pela empresa e a ilegalidade das contratações feitas pela MASP de engenheiros PJ.

No dia 12 de março outra reunião, dessa vez na sede do Senge-MG, foi realizada com os representantes da empresa. O Sindicato questionou questões como a escala e a jornada de trabalho, o vale refeição e o plano de saúde individu-

al, que integravam a proposta de acordo coletivo, elaborada pela MASP. Além disso, foram discutidos, especificamente para os engenheiros, o cumprimento do Salário Mínimo Profissional e a ART. A empresa se comprometeu a estudar a contra-proposta do Senge-MG. A segunda Assembléia deve ser realizada na última semana de março.

Urbel

Os esforços conjuntos dos trabalhadores da Urbel e do Senge-MG garantiram, em 2007, a resolução da situação precária em que se encontravam os funcionários da empresa. Foram necessários meses de negociação para que chegasse ao fim um período de mais de dois anos sem acordo coletivo. Chegou, novamente, o momento de mobilização para as negociações de 2008.



O secretário geral do Senge-MG, Raul Otávio, foi um dos representantes do Sindicato no Entfu.

Assembléia Geral, realizada no dia 17 de março definiu a pauta de reivindicações e as estratégias das negociações para o acordo coletivo de 2008/2009. A data-base é 1º de maio.

Sindicato negocia PCR na Cemig

Como desdobramento do Acordo Coletivo 2007/2008, os sindicatos iniciaram, no dia 12 de fevereiro, as negociações com a Cemig sobre o Plano de Cargos e Remuneração (PCR), que abrange o Plano Nível Universitário (PNU) e o Plano Técnico, Administrativo e Operacional (PTAO). Durante a reunião, a empresa apresentou as suas propostas. É importante salientar que, no dia 3 de janeiro, o Senge-MG encaminhou sete sugestões para a Cemig, elaboradas a partir de uma assembléia geral dos engenheiros da empresa, realizada no Sindicato.

Os representantes do Senge-MG, juntamente com o Sindieleto, Sindisul e Federação Intersindical de Sindicato de Engenheiros, debateram os pontos apresentados pela Cemig, buscando sempre a construção de um PCR mais justo. Mas também é fundamental que haja uma participação maior dos empregados

na sua elaboração e aplicação.

Grupos de Trabalho

O Senge-MG indicou os seus representantes para integrar os grupos de trabalho da Cemig, como parte do Acordo Coletivo de Trabalho 2007/2008, em que a empresa se comprometeu a criar e/ou manter os grupos de trabalho. A entidade terá participação nos grupos de PLR e Saúde e Segurança. O grupo de trabalho da PLR, que visa estabelecer um conjunto de indicadores que serão utilizados para criar a base de sua distribuição em 2008, terá a participação do presidente do Sindicato, Nilo Sérgio Gomes. Já para o Grupo de Saúde e Segurança, que tratará de discutir as melhores formas para o avanço na melhoria das condições de saúde do trabalhador, bem como na segurança no trabalho, foi indicado o secretário-geral, Raul Otávio da Silva Pereira.

ACORDOS FECHADOS

Avanços da Construção Pesada

No início de março o Senge-MG fechou a convenção coletiva 2007/2008 com o Sicepot. O reajuste concedido para os engenheiros da construção pesada foi de 7,8%, retroativo a 1º de novembro de 2007. Além disso, a convenção garante aos trabalhadores uma melhoria na Participação nos Lucros ou Resultados (PLR). Os valores vão variar de R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00, de acordo com o

salário recebido. Outra conquista financeira foi o reajuste do seguro de vida em grupo, que passou de R\$ 18.000,00 para R\$ 20.000,00. Continuam valendo conquistas anteriores como o cumprimento da Lei 4950-A, que estipula o piso salarial da categoria, e o custeio por parte das empresas de cursos visando a valorização profissional dos engenheiros do setor.

Encontro comemora Dia Nacional do Aposentado e discute melhorias



A Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap) realizou, em Aparecida, São Paulo, o XIX Encontro Nacional em comemoração ao Dia Nacional dos Aposentados. O encontro aconteceu no dia 27 de janeiro e foi iniciado com uma Missa de Ação de Graças na Basílica de Aparecida. Os diretores do Senge-MG, Waldyr Paulino Ribeiro Lima, responsável pelo departamento de Aposentados, e Abelardo Ribeiro de Novaes Filho, responsável pelo departamento de Estudos Sócio-Econômicos, representaram e manifestaram o apoio do Senge-MG no encontro.

O evento serviu de palco para um protesto contra o descaso do governo em relação à situação econômica precária em que se encontram os aposentados e pensionistas do país e ao desrespeito à dignidade destes. Além dis-

so, o encontro contou, também, com discussões sobre a melhoria de vida, o respeito, a seguridade social e sobre um dos maiores problemas da categoria, o achatamento salarial.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 58/2003 ganhou destaque durante as comemorações. Ele visa recompor o poder aquisitivo das aposentadorias e pensões mantidas pela Previdência Social, assim como as mantidas pela União aos seus inativos e pensionistas, propondo a atualização dos valores dos benefícios. O objetivo é restabelecer a relação que os beneficiários possuíam, na época de sua concessão, como o valor do salário mínimo. Além disso, o projeto reivindica a reposição das perdas dos benefícios ocasionadas ao longo dos anos por causa do índice de reajuste menor que o do salário mínimo.

Redução na conta de luz

O consumidor mineiro vai pagar mais barato pela energia elétrica a partir do dia 08 abril. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) definiu, em janeiro, um índice médio de redução de 9,72% para a tarifa cobrada pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). No entanto, a diminuição pode ser ainda maior. No dia 05 de março foi realizada uma audiência pública na qual se cogitou uma redução de até 15,67%. O valor definitivo, porém, só vai ser estipulado pela Aneel em abril após a análise de todas as contribuições apresentadas durante a

audiência.

Atualmente, a tarifa cobrada pela Cemig é a sexta mais cara do mundo, ficando atrás apenas da Dinamarca, Holanda, Itália, Irlanda e Inglaterra, que têm como principais matrizes energéticas o petróleo e o carvão mineral. A redução será novidade para a estatal. Em 56 anos de existência, a Cemig nunca diminuiu o valor cobrado pela tarifa. A companhia atribui as tarifas elevadas aos altos impostos e aos encargos setoriais que equivalem a mais da metade da fatura paga pelo consumidor residencial.

Fiat acata o SMP

A data-base para as negociações coletivas com a Fiat ainda está longe – dia 1º de novembro – mas o Senge-MG já está antecipando alguns pontos importantes que interessam aos engenheiros que trabalham na empresa. No dia 10 de março, o Sindicato participou de uma reunião com diretores da Fiat realizada com o objetivo de discutir o descumprimento da Lei 4950-A, que garante o pagamento do Salário Mínimo Profissional. Na empresa, os engenheiros contratados recentemente estavam recebendo menos do que o piso salarial estabelecido pela lei.

A reunião aconteceu em um clima de cordialidade e foi muito produtiva. Segundo Nilo Sérgio Gomes, presidente do Senge-MG, a Fiat se comprometeu a resolver o problema salarial imediatamente. Além disso, ele considera que a reunião foi uma boa oportunidade para o Sindicato ter contato com os engenheiros. “Pudemos constatar em loco as condições de trabalho.

Percebemos a satisfação dos trabalhadores com o plano de saúde, com o projeto de qualificação profissional que possibilita o treinamento avançado, inclusive no exterior, e com a participação na distribuição de lucros”, comenta.

Os gerentes do setor de Recursos Humanos da empresa e o Diretor de RH para a América Latina participaram da reunião. Os representantes do Senge-MG também fizeram uma visita ampla às instalações da Fiat e às linhas de produção ligadas à engenharia. “Observamos elevados investimentos em segurança, conforto e para a diminuição de dos impactos ambientais provocados pelos automóveis”, conta Nilo Sérgio.

Um segundo encontro entre o Senge-MG e a Fiat deve acontecer no final do mês de março, dessa vez na sede do Sindicato. O objetivo será terminar as conversas iniciadas na primeira reunião, além de ser uma retribuição da empresa à visita feita pelo Sindicato de Engenheiros.

Emater ignora piso salarial

A Emater-MG foi autuada em novembro passado pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT) em razão do descumprimento do pagamento do Salário Mínimo Profissional dos engenheiros, como previsto na lei 4950A. A vitória da DRT atendeu a solicitação do Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais que, há mais de dois anos, vem fazendo diversas ingerências para que a lei seja cumprida na empresa.

Em abril de 2006, o Senge-MG enviou correspondência para a Emater pedindo esclarecimentos sobre os motivos para o não cumprimento da lei e solicitando reunião. Apesar de todas as cobranças, a empresa não retornou. Em outubro o sindicato informou ao Crea-MG e à DRT sobre a irregularidade cometida pela Emater-MG e, desde então, passou a cobrar da DRT-MG uma fiscaliza-

ção na empresa, que foi realizada em novembro de 2007.

A autuação é um importante passo, mas não garante que a empresa vá cumprir a legislação. Outras providências terão que ser tomadas, como o estabelecimento de negociações e até mesmo a possibilidade de se recorrer à via judicial. Mas, para isso é fundamental a mobilização de todos os engenheiros e engenheiras da empresa para que, junto com o Sindicato, possam pressionar a empresa a cumprir as suas obrigações legais.



CONVENÇÃO 158

Mais segurança e garantia para o trabalhador

Atendendo reivindicação histórica do movimento sindical brasileiro, o governo enviou ao Congresso Nacional a proposta de ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que coíbe a demissão sem justa causa. Se aprovada, a medida levará um ano para entrar em vigor e impedirá as empresas de demitir funcionários sem justificativas.

Esta é a segunda tentativa do governo brasileiro que, em 1996, a ratificou por meio do Decreto nº 1.855/96. Porém, pouco tempo depois, o mesmo governo suspendeu a sua vigência, influenciado pela Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) encaminhada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), que alega incompatibilidade dos artigos 4 e 10 da Convenção 158 com os artigos 7º, Inciso I da Constituição Federal, bem como por considerar que o mecanismo estava engessando as relações de trabalho, pois o Judiciário passou a interpretar que a norma garantia estabilidade no emprego. A ação ainda aguarda julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF).

Para os sindicatos que defendem a sua adoção, a convenção proporciona mais garantia e segurança ao trabalhador, na medida em que cria um novo ambiente nas relações de trabalho, uma vez que



põe freio à alta rotatividade e ao arrocho salarial decorrentes da política de demissão imotivada seguida de contratação por salários menores. "A ratificação é fundamental não para o trabalhador ter estabilidade no emprego, mas para criar obstáculos à demissão", afirma o presidente nacional da CUT, Artur Henrique.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, em 2007, foram gerados 14,3 milhões de empregos formais com carteira assinada, enquanto 12,7 milhões foram demitidos, deixando um saldo de admitidos de 1,6 milhão. Ou seja, ao mesmo tempo em que o Brasil bateu um recorde de formalização mais pessoas também foram de-

mitidas e, nos últimos dez anos, a taxa de rotatividade da mão-de-obra ficou em 25%, chegando a 30%, como no setor metalúrgico. De acordo com o Ministério do Trabalho, os admitidos na indústria em 2006 receberam remuneração 20% inferior aos que foram desligados no mesmo ano.

Multa

Por outro lado, alguns sindicalistas temem que a ratificação da convenção possa significar o fim da multa rescisória de 40% do FGTS. O Ministério do Trabalho contesta esta opinião e afirma que a multa está prevista na Constituição. "O artigo 7º prevê indenização ao trabalhador demitido na

forma definida em lei complementar. Até sair essa regulamentação, os constituintes decidiram que fica valendo o estabelecido nas disposições transitórias da Constituição, que é a multa de 40% do FGTS", informa o MTE.

O que muda

Entre os motivos previstos pela Convenção 158 que não podem ser usados como causa para demissão justificada encontram-se a raça, a cor, estado civil, responsabilidades familiares, gravidez, religião, opiniões públicas, ascendência nacional ou origem social; ausência ao trabalho durante a licença-maternidade filiação ao sindicato ou participação em atividades sindicais fora das horas de trabalho, ou com o consentimento do empregador durante a jornada laboral; ser candidato ou representante dos trabalhadores, ou ter atuado nesta área; apresentar queixa, ou participar de um procedimento contra o empregador por supostas violações de direito, ou ainda recorrer perante autoridades administrativas competentes; ausência corporal por motivo de doença ou lesão devidamente atestada por profissional médico. A Convenção prevê, ainda, que demissões motivadas pelo desempenho ou comportamento não podem ser consumadas sem antes dar oportunidade de se defender das acusações.

Servidores públicos

O Governo Federal também encaminhou ao Congresso Nacional, para apreciação, a proposta de ratificação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que se refere à organização sindical e ao processo de negociação dos trabalhadores dos serviços públicos. Com o reconhecimento do direito à negociação, a Convenção 151 completará o capítulo de direitos sindicais dos trabalhadores públicos escrito na Constituição, que já prevê o direito à organização sindical e direito a greve.

Vale lembrar que a Convenção 151,

além da negociação, também se refere às garantias a toda organização que tenha por fim promover e defender os interesses dos trabalhadores da função pública. Nela estão previstos:

1. Proteção contra os atos de discriminação que acarretem violação da liberdade sindical em matéria de trabalho.
2. Independência das organizações de trabalhadores da função pública face às autoridades públicas.
3. Proteção contra atos de ingerência das autoridades públicas na formação, funcionamento e administração das organizações

de trabalhadores da função pública.

4. Concessão de liberação aos representantes das organizações de trabalhadores da função pública reconhecidas, permitindo cumprir suas funções seja durante as suas horas de trabalho ou fora delas.

5. Instauração de processos que permitam a negociação das condições de trabalho entre as autoridades públicas interessadas e as organizações de trabalhadores.

6. Garantias dos direitos civis e políticos essenciais ao exercício normal da liberdade sindical.